

A TERRA E SEUS HISTORIADORES

Alexandre Gonçalves do Bonfim¹

MOTA, Maria Sarita. SECRETO, Maria Verônica. CHRISTILINO, Cristiano Luís (org.). **A terra e seus historiadores. Lições de História Agrária na América Latina.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2023, 535p.²

A perspectiva comparada é sempre uma boa alternativa para os historiadores entenderem melhor o processo histórico. Daí sempre ser salutar esforços acadêmicos que possibilitem a comparação de realidades geográficas e temporais distintas elegendo como norte um tema específico. Assim é com bons olhos que se deve ver a coletânea “A Terra e Seus Historiadores: Lições de História Agrária na América Latina”, organizada por três historiadores tributários dos mais recentes avanços nos estudos da História Agrária no Brasil: Maria Sarita Mota, Maria Verônica Secreto e Cristiano Luís Christillino.³

O livro em questão é resultado do diálogo feito entre os autores com historiadores de várias partes do continente em projetos que se debruçam sobre a questão agrária na América Latina colonial e sobre as desigualdades engendradas por esse processo que tem a desigualdade no acesso à terra como uma das principais causas.⁴ Assim, a obra traz pesquisas sobre Argentina, Chile, Cuba, México, Paraguai, além do Brasil, com pesquisas sobre diversas regiões do seu território.

A introdução do livro, escrita por seus organizadores, frisa como é necessário ir a fundo na análise empírica para a melhor compreensão da questão agrária nas Américas, algo que foi sendo percebido pelos historiadores que se debruçam sobre o problema em tela ao longo da evolução dessa área de estudo que conheceu seus primeiros avanços na década de 1960. Nessa década, aliás, debater o tema era crucial diante do cenário da

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: alexandrebonfim90@gmail.com.

² Nota do editor: agradecemos à Editora Fino Traço e aos organizadores, que gentilmente enviaram o exemplar deste livro para a Especialização em História da Bahia. Agradecemos igualmente ao coordenador da Pós-Graduação, Prof. Caio Figueiredo Fernandes Adan, por disponibilizar o exemplar para a editoria da Baraúnas – Revista de História, viabilizando a feitura desta resenha.

³ Maria Sarita Mota é investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-Iscte). Maria Verônica Secreto, apesar de argentina de nascimento, é radicada no Brasil onde desenvolveu sua carreira acadêmica. Atualmente é professora titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cristiano Luís Christillino é professor associado na Universidade Estadual da Paraíba e professor efetivo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ Os projetos são *Terra, poder e Territorialidades na América Portuguesa, séculos XVI-XIX* (FCT/2018-2024) e *Desigualdades Globais nas Américas: História Comparada, 1850-1930* (CNPq/ Edital Universal 2018).

Guerra Fria, em que vigorava a disputa entre a direita e a esquerda sobre qual base ideológica de propriedade de terra deveria prevalecer nas Américas, onde o tema da Reforma Agrária era central.

Nesse sentido, a análise das fontes, tarefa essencial para o historiador, foi feita de forma exemplar pelos pesquisadores que contribuíram para a coletânea, o que demonstra que os mesmos ouviram pesquisadores da História Agrária que, ao longo da segunda metade do século XX, demonstraram que a aplicação de grandes modelos teóricos explicativos não seria suficiente para compreender a diversidade de contextos que se formaram nos mundos rurais latino-americanos desde a chegada dos europeus nessa região do mundo. Esses historiadores, dos quais podemos citar Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Jacob Gorender, Mario Samper-Kutschbach entre outros, perceberam e demonstraram como as diferentes realidades rurais do subcontinente se conformaram mediante ritmos próprios e lastros de autonomia que só poderiam ser bem-entendidos, inclusive para o exercício de comparação, mediante a análise de um sólido cotejo documental.

Não é à toa a menção a Marc Bloch na explicação do título do livro “a terra e seus historiadores”, que parafraseia a “terra e seus homens”, umas das principais obras sobre História Agrária do estudioso francês. Bloch ensinou como poucos a importância da boa coleta e análise de fontes empíricas para o trabalho do historiador. Essa lição foi bem aprendida pelos pesquisadores que contribuíram para essa obra, vide todos os textos serem baseados em pesquisas empíricas robustas, um dos pontos fortes dessa coletânea. A gama de fontes documentais usadas pelos autores é variada, indo desde documentos judiciais, cartoriais, eclesiásticos, contábeis, administrativos, até mapas, fotografias e publicações do período estudado, o que demonstra o potencial empírico das produções que compõem a coletânea.

Os dois primeiros artigos, escritos por Noemí Girbal-Blacha e María Inés Moraes, analisam duas regiões argentinas: Chaco Argentino e Rio da Prata. A primeira região se destaca por ser uma das mais pobres do país, pobreza essa que a autora demonstra ter sido engendrada pela inserção da região no circuito capitalista em meados do século XIX, e pela sua ocupação fundiária pelas elites para a produção agromercantil, excluindo os povos originários do acesso à terra. Já o texto de Moraes aborda a região “rioplatense” que sempre se destacou economicamente, no entanto, se assemelha ao Chaco devido ao

processo de expulsão de pequenos pecuaristas, de maioria indígena, dos solos, e a aposta na formação de latifúndios no mesmo contexto analisado por Girbal-Blacha.

Ao analisar o caso das terras da Fazenda Santa Cruz (Rio de Janeiro), Manoel Pedroza enfoca o debate sobre a diversidade de possibilidades do *domínio útil*, ou seja, o usufruto da terra de uma mesma propriedade, o que a autora chama de “propriedade partida”. Algo similar também era praticado no recorte feito por Moraes na região do Rio do Prata; entretanto, no Rio de Janeiro, a “propriedade partida” beneficiava membros da elite local que confirmavam as terras originalmente por eles ocupadas por aforamento ou arrendamento. Isso fez com que essa prática sobrevivesse às tentativas de estabelecimento da propriedade liberal individual incensada pela Lei de Terras de 1850. Já no espaço rioplatense práticas semelhantes ao que Pedroza chama de “propriedade partida” não consegue se impor frente a propriedade individual que ensejou latifúndios, levando camponeses, em sua maioria indígenas, à pobreza, tal qual ocorreu no Chaco no mesmo período. Seja com a manutenção de práticas de acesso a terra oriundas do reino, seja com a adoção de práticas liberais de usufruto da terra, observa-se a conservação das elites como detentora dos privilégios de ocupação fundiária nas duas realidades em tela.

Chama a atenção o impacto da inserção dos países da América Latina nos quadros da economia-mundo, que se reorganiza após a revolução industrial. Também se destaca a consolidação do pensamento liberal nos quadros do Estado, que é uma tônica dos artigos dos historiadores da coletânea, o que reforça o entendimento, em conjunto, que o processo de independência desses países mantém os mesmos na posição de fornecedores de matéria-prima para países industrializados. Para o Chile, Cláudio Robles-Ortiz analisa esse processo em duas regiões do país, La Frontera, mais ao norte, e o Chile Central entre meados do século XIX e começo do século XX. Mais uma vez, percebe-se a expulsão de povos originários das terras e a formação da pobreza nas margens do latifúndio, já que o processo tardio de ocupação do norte chileno se dá pela expulsão dos resistentes povos *mapuche* já na segunda metade dos oitocentos. Nesse sentido, a ocupação da região se dá pela formação de *haciendas* tal qual estabelecidas na colonização de outras áreas do país. Tais *haciendas* se adequam aos ditames do capitalismo agrário, “pulando a etapa” que esses estabelecimentos cumpriram na região central, conforme mostra Robles-Ortiz. Logo, estão já inseridos o assalariamento e o maquinário na produção, tal qual os estabelecimentos tradicionais estavam fazendo no Chile Central.

A adaptação das elites latinoamericanas à consolidação do capitalismo liberal no século XIX também é demonstrado por Ramon Fogel quando este intenta escrever uma

breve história do campesinato paraguaio. O autor entende como a Guerra Grande (Guerra do Paraguai) é decisiva para o processo de pobreza desse país, mas que após o fim da mesma se implanta a produção agroexportadora de erva-mate e tanino com o impulso do capital britânico, o que resulta na intensificação da desigualdade mantida nos séculos XX e XXI.

As elites paraguaias desenvolveram um discurso que elegia o “rudimentar” camponês como o responsável pela pobreza no país. No entanto, campesinato paraguaio, demonstra o autor, foi, na verdade, o responsável pela recuperação do consumo interno pós-guerra, sendo obrigado a lutar, posteriormente, contra o processo de exclusão e de pauperização imposto a eles pelo capitalismo agrário apoiado pelo estado, por meio de ações de contestação. Diante dessa realidade, as lutas campesinas se manifestam em terras paraguaias desde o século XIX, passando pelas Ligas Agrárias Cristianas no século XX, no contexto da ditadura militar de Stroessner, até à formação da Frente Nacional Campesina (FNC) que, por meio de ocupações, luta pela Reforma Agrária e pelo acesso à terra no país. No entanto, o autor segue uma análise discutível ao entender que o processo de independência do país inauguraria um processo de distribuição igualitária da terra no que o autor chama de “Primeira Reforma Agrária” da América Latina, em que os *guaraní* estavam inclusos e que teria sido interrompido com a Guerra Grande.

A interpretação do autor não indica que nesse processo de emancipação do Paraguai se formava uma burguesia beneficiada pelo Estado e que explorava o campesinato, e que o país independente escolheu a manutenção da escravidão até o fim da guerra contra a tríplice aliança. Apesar disso, deve-se saudar o fato de Fogel ter sido o único na coletânea a enfatizar, em seu estudo, a importância da luta dos camponeses pela propriedade da terra e pela reforma agrária. Esse é um importante objeto de análise para a História Agrária, conforme lembra o professor Erivaldo Fagundes Neves, uma das grandes referências da História Agrária, que também participa dessa coletânea.

A compreensão da ocupação fundiária na América Latina se fortaleceu quando os pesquisadores da História Agrária resolveram seguir o conselho de Maria Yedda Linhares indo além da prática de identificação de sesmarias, número de escravos e arrendatários, para a compreensão do rural em uma região específica. No seu texto, Ângelo Carrara menciona essa dica de Linhares, pioneira dos estudos de História Agrária no Brasil, para mostrar que a seguiu em sua análise sobre o uso das sesmarias doadas nos distritos

diamantinos de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Para isso, Carrara lança mão do georreferenciamento e de sua noção espacial invejável, para mostrar que os pontos produtivos de Minas antes e durante da distribuição das sesmarias nos distritos diamantinos não correspondiam as doações de sesmaria. Além disso, o autor discorre sobre como a produção é um item fundamental para compreender o que é ser proprietário para o contexto estudado e que a noção de propriedade, nesse contexto, não seria tanto provar o domínio fundiário pleno, mas evidenciar que “a terra é dele e não de outro”. Essa fórmula muitas vezes foi utilizada (direito romano) e tinha espaço naquela sociedade escravista. Dessa forma, Carrara também traz uma contribuição fundamental indicando como, naquele contexto, ser dono de quantidades consideráveis de escravo é tão ou mais importante que ter o título de sesmaria.

Outro que segue o conselho de Linhares é Carlos de Almeida Prado Bacellar que, contrariando a tese da historiadora Alice Canabrava, percebe que a falta de doação de sesmarias na região de Itu (São Paulo) não é indicativo de uma fraca produção econômica na região na passagem do século XVIII para o século XIX. O autor demonstra que a região possuía uma economia considerável, e que a maior parte da propriedade da terra onde se desenvolvia a produção da região era obtida por foros e vendas, algo percebido no fracionamento de sesmarias ocorrido nos processos de transmissão das terras por herança. Assim o autor demonstra como o estudo dos testamentos e inventários pode ser importante a compreensão das estratégias familiares de usufruto da terra, e também para a análise dos aspectos fundiários de uma determinada região.

Quanto à inserção do pensamento liberal nas práticas proprietárias e na organização econômica no Brasil Império, os autores brasileiros da coletânea escolheram analisar esse processo seguindo as contribuições da História do Direito para o entendimento da conformação da propriedade no país. Eles seguiram de maneira mais detida as inovações obtidas nos estudos de autores como Paolo Grossi, Antônio Manuel Hespanha, Bartoloméu Clavero, Rosa Congost, Márcia Motta entre outros, que nos ensinam como a propriedade deve ser encarada de forma mais plural, com diversas possibilidades que vão além do domínio pleno, e que o direito e a justiça seriam mais adaptáveis a contextos locais que a noção liberal de propriedade supõe.

Cristiano Luís Christillino e Francisco Gleison da Costa Monteiro contribuem sobremaneira para a historiografia brasileira ao analisar o efeito da Lei de Terras de 1850 em diferentes áreas do Brasil, algo ainda pouco feito pela historiografia que, aparentemente, ainda se fia na tese do “veto dos barões” defendida por José Murillo de

Carvalho. Este autor entendeu que a Lei de Terras não teria saído do papel devido a suposta contrariedade dos senhores de terra brasileiros em ver seus latifúndios serem contestados por uma lei de caráter liberal. Christillino e Costa Monteiro, seguindo pressupostos dos trabalhos da professora Márcia Motta, vão além da interpretação de Carvalho, que se resumiu a análise dos relatórios do governo imperial, para compreender como se deu a aplicação de Lei de Terras em diferentes pontos do império e como esta obedeceu a lógicas locais. Assim, a lei podia ser bem aceita ou não pelas elites dentro das demandas específicas de seus espaços de mando. Inclusive, a própria comparação do texto dos dois autores no livro aqui resenhado revela essa diversidade dos efeitos da lei.

Christillino demonstra que a Lei de Terras teve interpretações questionáveis por parte da justiça na Comarca de Cruz Alta (Rio Grande do Sul), beneficiando uma elite formada, inclusive, por membros da Guarda Nacional. Isso demonstraria como o Império estava preocupado com a integridade do seu imenso território frente a possíveis novas revoltas locais como as ocorridas entre as décadas de 1830 e 1840, bem como conflitos contra os vizinhos como de fato ocorreu no Paraguai. É prudente, portanto, não aplicar com rigidez as regras da Lei de Terras e seu Regulamento aprovado em 1854. O autor desenvolve a hipótese resumida acima por meio de uma atenta análise de conflitos judiciais ocorridos no contexto do estabelecimento da Lei de Terras, conflitos estes que se tornariam comuns nesse novo contexto, dado a corrida de muitos indivíduos para confirmar ou legitimar a propriedade de seu quinhão.

A análise dos conflitos judiciais também foi uma estratégia metodológica adotada por Costa Monteiro no intuito de compreender a ocupação de terra no sul do Piauí também no contexto da aprovação e vigência da Lei de Terras. Nesse sentido, o autor demonstra como as posses, fragmentadas no processo de transmissão por heranças, foram disputadas em contendas judiciais em que agregados e posseiros tinham, por meio do papel de testemunhas de grandes proprietários envolvidos nos litígios, a possibilidade de se manter nas terras da região. Ressalte-se aqui, no entanto, que a menor ênfase das pesquisas dos historiadores não brasileiros ao debate acerca dos conflitos jurídicos de terra nas outras regiões da América Latina não permitiu uma maior comparação com os casos brasileiros, o que seria deveras enriquecedor para a proposta da obra.

Um tema que pouco aparece na coletânea é a questão racial, apresentado em alguns textos de forma bastante lateral, exceto no artigo de Elione Guimarães. O texto de

Guimarães é o único dos quinze que encara o desafio de fazer o recorte de raça no processo de propriedade fundiária ao analisar a sesmaria de pardos no Caminho Novo (arredores de Juiz de Fora, Minas Gerais) na primeira metade do século XIX. A autora verifica, nesse contexto, famílias pretas e pardas, formadas por indivíduos livres e libertos, que ascendem socialmente em uma região com o contingente considerável de escravos e que se desenvolve comercialmente principalmente pelo fato de ser próxima a uma estrada importante, que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Dessa maneira, essas famílias se tornam proprietárias de terras e angariaram prestígio na região, mesmo sofrendo com processos judiciais que questionavam a posse e propriedade de suas terras.

Ademais, outros artigos apenas apresentam breves citações à resistência e sufocamento de povos originários, citações que ficaram longe de conseguir enfrentar um problema atual da historiografia que é não relacionar a questão da posse e propriedade da terra com a questão de raça. Tal tema é relevante, sobretudo no que se refere à resistência de indígenas e quilombolas, por exemplo, e à sobrevivência de padrões étnicos-culturais de ocupação territorial desses povos. No entanto, deve-se louvar a empreitada de grande parte do livro em compreender a transformação do mundo rural latinoamericano no contexto de consolidação do capitalismo agrário, apoiando-se em abordagens empíricas inovadoras que vão além de hipóteses generalistas. Isso fica evidente nos textos de Juan Luís Martíren, Alejandro Tortolero Villaseñor e Gillian McGillivray.

Martíren investiga a vida do trabalhador rural da região de Santa Fé (Argentina) entre 1700 e 1900. Em uma perspectiva de longo prazo e baseado no método do *Welfare Ratio* (índice de bem-estar) do historiador americano Robert Allen, o historiador argentino analisa a média salarial paga pelas grandes fazendas ao camponês santafesino e a média do preço do trigo e dos itens da pecuária, de onde são derivados os principais alimentos da dieta do campesinato local. O autor, dessa forma, percebe o impacto definitivo que a inserção da produção agrícola da região no circuito comercial internacional teria na dieta dos camponeses, já que o preço do pão e da carne e a média salarial dos trabalhadores rurais de Santa Fé passariam a obedecer aos humores do mercado mundial.

Já Villaseñor inova ao eleger a água o principal objeto de análise. O autor demonstra como o domínio dos recursos hídricos permitiu que capitalistas americanos fizessem fortuna no norte do México, mais precisamente na região de Sinaloa entre o fim do século XIX e começo do século XX. Por meio da construção de canais de irrigação e de usinas que aproveitavam as águas do Rio Fuerte para geração de energia que abastecia

os modernos engenhos instalados pelo capital americano, a região passa a ser uma das maiores produtoras de açúcar do mundo. Isso gerou muita riqueza para o empresariado americano em uma região que até hoje sofre com a pobreza e se destaca pelos altos índices de violência. Destaca-se o bom uso de mapas e cartogramas feito por Villaseñor pra demonstrar o avanço do uso do solo e dos recursos hídricos na região analisada.

Também discutindo a produção de açúcar na América Latina, a historiadora Gillian McGillivray debate como se deu a permanência desse item como produto fundamental da economia dos países do subcontinente. A autora demonstra em seu texto o benefício em se adotar a perspectiva comparada para a análise historiográfica ao discutir as semelhanças e diferenças de Cuba e Brasil na forma como estes lidaram com a produção do açúcar que tradicionalmente foi importante para a economia das duas ex-colônias.

No primeiro, Cuba, o capitalismo agrário promoveu intensas transformações diante da adoção de usinas de cana modernas que canalizavam a produção de grandes produtores e antigos donos de engenho entre os séculos XIX e XX. No entanto, estes ainda gozavam de prestígio social e político frente ao recém independente estado cubano. Algumas famílias proprietárias, inclusive, consolidaram suas posses pelo fato de alguns de seus membros terem ganhado as terras expropriadas dos espanhóis devido a atuação na Guerras de Independências na segunda metade do século XIX. Esse poder, inclusive, foi fundamental para que esses produtores ganhassem apoio de governos cubanos na primeira metade do século XX, frente à discordância “plantadores” quanto à remuneração da cana vendida para a burguesia dona das usinas na ilha. A autora demonstra, dessa forma, como é fundamental uma análise contextual e empírica para problematizar generalizações. Isso porque no caso do Brasil os produtores de cana de açúcar já não gozavam do mesmo prestígio para o mesmo período diante do fato de que o Estado brasileiro, nesse momento, já começava a conhecer seu processo de industrialização. A industrialização fez os governos serem menos dependentes do apoio político e econômico dos donos de fazenda de cana no país que, diante disso, deviam empreender um esforço maior para sustentar algum tipo de influência.

Os dois únicos textos do livro que não se caracterizam pela análise de fontes primárias são os dos professores Erivaldo Fagundes Neves e Mario Samper-Kutschbach, o que não diminui a contribuição dessas duas grandes referências do estudo da História

Agrária latinoamericana. O artigo de Neves é uma verdadeira aula acerca da evolução do conceito de propriedade ao longo da história, com o autor se mostrando atento, inclusive, aos avanços que a História do Direito proporcionou ao estudo do rural no Brasil e no mundo, algo evidente, também, na sua longa produção acadêmica. O artigo de Neves é uma excelente recomendação para quem está começando a se enveredar no campo da História Agrária, já que além de discorrer sobre o processo histórico de uso e proveito da terra ao longo da história, o autor também oferece um completo apanhado das possibilidades de temas e de fontes para essa área de estudo.

O autor costa-riquenho elenca no seu texto um extenso rol de possibilidades dadas pela Tecnologia de Informação para o estudo da história do café na América Latina e Caribe. De forma bastante completa, o autor indica itens como banco de dados, páginas colaborativas *online* com fontes e bibliografia, digitalização de documentos manuscritos e mapas, mineração de dados, inteligência artificial, entre outras possibilidades. O autor também estabelece um intenso diálogo com a geografia e suas tecnologias (Sensoriamento Remoto, Sistema de Informações Geográficas e Georreferenciamento), e destaca como estes podem proporcionar ricas contribuições para a compreensão do mundo rural latino-americano e caribenho. No entanto, o autor frisa que os recursos digitais devem ser encarados pelo historiador como método e não como mera ferramenta, recomendação essa seguida no mesmo livro por Villaseñor e, principalmente, por Carrara. Os artigos destes são excelentes exemplos de como as tecnologias podem enriquecer a análise histórica, prática ainda incipiente na historiografia em geral.

Pode-se afirmar que *A terra e seus historiadores* é um rico apanhado de temas caros a História Agrária, permitindo que o leitor possa conhecer os avanços nessa área do conhecimento. O leitor também pode perceber como pesquisas de bases empíricas evidentes demonstram de que forma a desigualdade no acesso à terra na América Latina foi e continua sendo um drama, drama iniciado nas origens da colonização, passando pelas independências e pela “era das revoluções”, chegando até os dias de hoje e sendo responsável fundamental para a “formação social da miséria” – como diz o título da obra de Francisco Carlos Teixeira da Silva, outra referência nos estudos desse tema. Aliás, a coletânea aqui resenhada é uma importante contribuição no combate ao atual desinteresse da academia pelo debate sobre o mundo rural no Brasil que persiste mesmo com o aumento do acesso de pesquisadores dos “interiores” brasileiros às universidades e aos centros de pesquisa instalados para além dos grandes centros urbanos do país.

A obra se apresenta como uma importante contribuição para pesquisadores da História Agrária, e traz análises inovadoras acerca da produção nos países do subcontinente, sobretudo após o processo de independência dos mesmos e do peso da desigualdade no acesso à propriedade de terra para a formação da pobreza nessa região.

O livro também oportuniza aos leitores o maior conhecimento sobre a história dos países vizinhos ao Brasil, algo que não é explorado nos cursos de História brasileiros. Aborda um pouco sobre a Argentina, Chile, Cuba, México e Paraguai por meio de uma História à contrapelo, se distanciando de uma versão oficial e colocando a lupa nos conflitos sociais, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra nesses países. Assim, há um maior conhecimento da história dos mesmos, os quais também foram colonizados, bem como proporciona uma reflexão mais acurada acerca da História Agrária e da História Social das Propriedades da América Latina.

